

## **BOA VISTA CANTADA EM VERSO, MAS NÃO AINDA EM PROSA.**

**BOA VISTA AS POETRY, BUT NOT YET PROSE**

**BOA VISTA CANTADA EN VERSO, PERO AÚN NO EN PROSA.**

Rildo Dias da Silva

Universidade Federal de Roraima

rildodisilva@ig.com.br

### **Resumo**

Este artigo tem como objetivo apresentar a importância fundamental do Estado para mudar a realidade de determinada região ou local, por meio de políticas públicas na gestão ambiental urbana. Especificamente, aqui se tratando do Município de Boa Vista, Roraima. O problema de pesquisa é a não continuidade dos projetos implementados, bem como a não fiscalização daqueles que se encontram implementados, a ausência de articulações entre as esferas de poder e destas com a sociedade. A partir de um questionário aplicado a políticos e operantes da administração pública do município de Boa Vista, obtiveram-se respostas que perfazem os resultados de pesquisa, aqui evidenciados em 4 tópicos: 1. A proteção do meio ambiente e dos recursos naturais; 2. Estrutura regional, dinâmica interna da região, investimentos nos pólos de desenvolvimento; 3. Questão ambiental como problema local; 4. Iniciativas para o desenvolvimento local: indicadores de sustentabilidade. A metodologia utiliza ainda o método de investigação, indutivo e observacional, tendo este sido combinado com outros métodos procedimentais, tais como as técnicas qualitativas e quantitativas para a realização da pesquisa. A conclusão aponta para uma possível correção desta situação por meio de um planejamento pragmático, sem interrupção de projetos quando do ciclo eleitoral, permitindo uma mudança quantitativa e qualitativa das condições do município, e da qualidade de vida de seus cidadãos. A ideia é encontrar equilíbrio entre a continuidade de políticas de desenvolvimento econômico e o meio ambiente.

**Palavras-chave:** Roraima, Boa Vista, Gestão ambiental urbana.

### **Abstract**

This paper pretends to express the fundamental importance of improving the reality of a region or place, through public policies on urban environmental management. The research will be made by analysing the reality of Boa Vista, Roraima. The research problem is the lack of long-term continuity of implemented projects, the lack of supervision of those that are in development and the lack of alignment between the spheres of power and civil society. The results are based on a questionnaire applied to former political figures of Boa Vista's public administration, regarding four topics: 1. The protection of the environment and natural resources; 2. Regional Structure, internal dynamics of the region, and investment in development clusters; 3. Environmental challenges as a local problem; 4. Initiatives for local development: sustainability metrics. Along with the questionnaire, the methodology uses the method of investigation, inductive and observational, and this was combined with other procedural methods such as qualitative and quantitative research techniques. The conclusion points to a possible rectification of this situation through a pragmatic planning with no interruptions or cancelling the ongoing projects due to the election cycle, allowing quantitative and qualitative change of the municipality's conditions and quality of life of its citizens. The idea is to find balance between the continuity of economic development policies and the natural environment.

**Keywords:** Roraima, Boa Vista, urban environmental management.

## Resumen

Este artículo tiene como objetivo presentar la importancia fundamental del Estado para cambiar la realidad de una región determinada o lugar, a través de políticas públicas en la gestión ambiental urbana. Específicamente, aquí en el caso del municipio de Boa Vista, Roraima. El problema de la investigación es la no continuidad de los proyectos implementados, así como la no supervisión de aquellos que se encuentran implementados, la falta de relaciones entre las esferas de poder y de estas con la sociedad. A partir de un cuestionario aplicado a políticos y funcionarios de la administración pública en el municipio de Boa Vista, Se obtuvieron respuestas que representan los resultados de la investigación, aquí evidenciados en 4 temas: 1. La protección del medio ambiente y los recursos naturales; 2. Estructura regional, dinámica interna de la región, inversiones en los polos de desarrollo; 3. Tema ambiental como problema local; 4. Iniciativas para el desarrollo local: indicadores de sostenibilidad. La metodología aún utiliza el método de investigación, inductivo y de observación, siendo este combinado con otros métodos de procedimiento, tales como las técnicas cualitativas y cuantitativas para la realización de la investigación. La conclusión apunta a una posible corrección de esta situación a través de una planificación pragmática, sin interrupción de proyectos cuando el ciclo electoral, permitiendo un cambio cuantitativo y cualitativo de las condiciones del municipio, y de la calidad de vida de sus ciudadanos. La idea es encontrar equilibrio entre la continuidad de las políticas de desarrollo económico y el medio ambiente.

**Palabras clave:** Roraima, Boa Vista, gestión ambiental urbana.

## Introdução

O Estado de Roraima é possuidor de uma localização geográfica e geopolítica privilegiada, bem como de um riquíssimo potencial de recursos naturais. Em contraste com estas vantagens competitivas, está a exploração destes recursos, que é feito de forma inapropriada, e agravado pelo rápido crescimento demográfico (IBGE, 2012). A materialização das políticas públicas aplicadas fica, por vezes, longe dos objetivos inicialmente almejados, e acabam tendo como resultado uma degradação do meio ambiente que, se contrapõe ao desenvolvimento econômico da região, bem como, séria diminuição do desenvolvimento social de sua comunidade.

O Estado de Roraima, mais propriamente falando, o município de Boa Vista, teve nas últimas duas décadas, quando comparado a outros estados brasileiros, o maior crescimento populacional (IBGE, 2010), caracterizado pela proveniência de “bolsões de miséria de outros Estados, atraídas pelas falsas vantagens teoricamente oferecidas por esta última fronteira agrícola do Brasil”. (AGOSTINHO, 2001). Estas massas não tinham condições de firmar uma autonomia econômica, tendo se instalado em vários pontos de assentamento na periferia urbana de Boa Vista. (OLIVEIRA, 2003. p. 182). Os governantes para além das promessas eleitorais não conseguiram apresentar uma solução de raiz para este problema (AGOSTINHO, 2001).

Estas afirmações são corroboradas pelos dados do Plano Diretor do Município de Boa Vista em 2003, o qual registrava que 58% da população do município viviam abaixo da linha da pobreza. (PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE BOA VISTA, 2003). Nevez (In: PIMENTA e ALVES, 2010, p. 177) alerta que se trata de nível de indignância: cerca de 65% da riqueza produzida no Estado é detida pelos 20% mais ricos. Esta distribuição de riqueza revela a pouca participação da população na produção de riqueza do Estado e conseqüente não absorção da mão de obra dos “excluídos desnecessários”. (LESBAUPIN, 2000).

“Como forma de sobrevivência, uma parcela da população de excluídos busca trabalho no setor de serviços e no trabalho informal e, outra parcela sustenta o anseio de sair do Estado em busca de trabalho e

acesso aos bens de serviço e consumo”. (NEVEZ, In: PIMENTA e ALVES, 2010, p. 177). Ratificam tal realidade, Marinucci e Milesi (2006, p. 54) apontando o desemprego como persistente no município, forçando a migração em busca de emprego, bem como outra situação, de receber migrantes externos em busca também de empregos – por ser uma cidade fronteira -, engrossando o contingente dos “desnecessários”.

A correção das causas realistas desta situação seria um planejamento pragmático, menos utópico nas implementações de políticas públicas fantasiosas que nada contribuem para um resultado promissor, ou que mude de fato as condições do município, e a qualidade de vida de seus cidadãos. Não há mais espaço e tempo para experimentações. É importante a introdução de políticas com resultados mensuráveis ao nível da qualidade de vida das populações. No entanto, é essencial o equilíbrio e harmonia entre políticas de desenvolvimento econômico e uma visão sustentável do meio ambiente. Aqui pode-se aprender com o passado e não cometer os mesmos erros que ocorreram, por exemplo, em outros estados do Brasil. O ciclo eleitoral introduz a interrupção ou mesmo eliminação de projetos e planejamento já aprovado, o que implica num retrocesso e retorno ao ponto inicial.

O objetivo do artigo é o de mostrar a possibilidade de mudança do papel do Estado, para uma postura valorizada nas ações territoriais capaz de alterar o perfil de uma região, com efetivação, implementação e fiscalização de projetos de políticas públicas na gestão urbana ambiental daquela região, na promoção do desenvolvimento local sem perder o equilíbrio do meio ambiente. A situação-problema diz respeito a uma persistente não continuidade dos projetos implementados, bem como a não fiscalização daqueles que se encontra em desenvolvimento, tendo como contributo fundamental deste desequilíbrio, a ausência de articulações nas diversas esferas de poder e destas com a sociedade.

A pesquisa sustenta que a reversão de uma situação de subdesenvolvimento de determinada região, depende diretamente de políticas públicas adequadas. Sob este contexto, a metodologia baseou-se em um questionário aplicado a políticos e operantes da administração pública do município de Boa Vista, capital do estado de Roraima. As respostas obtidas na pesquisa de doutorado e evidenciadas aqui em formas de texto corrido e sintetizado foram analisadas de forma analítica, sob o método de investigação e o método indutivo nas análises, de forma que se pudesse apurar e absorver das relações estabelecidas no objeto de estudo – município de Boa Vista -, entre os diferentes atores aí implicados. (RAFFESTIN, RACINE e RUFY, 1983, p. 128). A pesquisa utilizou também o método observacional, tendo este sido combinado com outros métodos procedimentais, tais como as técnicas qualitativas e quantitativas para a realização da pesquisa. A metodologia utilizada permitiu a compreensão da realidade em sua dinamicidade, além do exercício reflexivo que permitiu abarcar o novo saber conforme produzido a partir da experiência para então participar da construção de novos paradigmas de produção de conhecimento. (CASTRO, In: CASTRO, 2000).

## A Questão da Proteção do meio ambiente e dos recursos naturais

Roraima foi o último Estado da União a ter sua Legislação Ambiental Estadual regulamentada. O seu Conselho Estadual de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia ainda procura se organizar sem ter um funcionamento normal. Os Órgãos responsáveis pelo controle e aplicação da legislação (DMA/SEPLAN-RR e IBAMA) ainda não definiram área de jurisdição, competência e convênios de cooperação mútua. Os índices de degradação ambiental revelam uma negligência diante do aumento exponencial de áreas desmatadas de matas naturais; queimadas de áreas campestres; “a elevação da turbidez<sup>2</sup> dos rios Cotingo, Surumu, Maú e Tacutu atingindo níveis insuportáveis devido ao garimpo predatório e plantações de arroz com sistema de irrigação sem cuidados de manejo”; o decréscimo da produção pesqueira por causa da crescente poluição dos rios causada pela pesca predatória. Agostinho (2001) revela ainda do fechamento de rios e lagos produtivos por pessoas estranhas à atividade de pesca profissional; explosão no crescimento urbano de Boa Vista, com dois problemas decorrentes: 1) liberação de esgotos domésticos nos igarapés e rios; e, 2) acúmulo de lixo doméstico em áreas inadequadas.

Os problemas não se retêm a estes, e se acumulam para o município de Boa Vista [bem como, para o Estado de Roraima]:

- Distâncias e precariedade dos meios de ligação regional e nacional: Nos últimos 25 anos o governo federal iniciou-se uma consolidação da rede rodoviária regional: a) BR-174, trecho Manaus - Caracaraí; b) ligação da BR 174 com a fronteira com a Venezuela, o que liga Manaus ao Caribe; c) BR-401 liga Boa Vista à fronteira da República Cooperativista da Guiana. O município de Boa Vista fica muito distante dos grandes centros econômicos e de decisão política do País, e em função disto, a parte comercial, de importação e exportação, tem um processo moroso, além do encarecimento do custo dos fretes; (AGOSTINHO, 2001).

- Variações climáticas sazonais de grande amplitude: todo o Estado de Roraima, portanto, o município de Boa Vista, sofre ciclicamente os efeitos de anomalias climáticas, com longos períodos secos, e ocasionalmente regimes pluviométricos anômalos com transbordo da bacia do Rio Branco e seus afluentes, o que compromete as atividades agrícolas de várzea e as infraestruturas da parte urbana de Boa Vista;

- Áreas indígenas: 45% do território geográfico do Estado de Roraima é comprometido por área indígena. Agostinho (2001) informa que só a Área Indígena Ianomâmi ocupa aproximadamente 26% do Estado – nesta área se localizam os maiores potenciais minerais e madeireiros de Roraima; a Área Indígena Raposa-Serra do Sol atinge mais de 7% da extensão do Estado - nesta área está um dos maiores potenciais hidro energético regional e também a maior e mais rentável produção de arroz irrigado da Amazônia, além de expressiva atividade pecuária. (AGOSTINHO, 2001). Não raro, novas áreas indígenas são propostas, como é o caso da Área Indígena Anaro - entre a rodovia BR-174 e o Rio Parimé. Outras áreas indígenas requerem expansões territoriais, como, por exemplo: Moscou, Uai-Uai, Mapuera Trombetas, etc. (AGOSTINHO, 2001). Esta vastidão dedicada aos índios impedem outros avanços socioeconômicos para o estado, bem como para o município de Boa vista;

- Vontade política: um dos maiores óbices para o ecodesenvolvimento do Estado de Roraima é a falta de vontade política, revelada na ausência de um processo de planejamento estratégico continuado e integrado, somado a um desmonte sistemático dos sistemas de gestão ambiental, de assistência técnica rural, do Zoneamento Econômico-Ecológico (ZEE), fomento agropecuário, somado a uma crescente corrupção em diversos setores públicos. Tal quadro promove a inviabilidade na execução de um projeto de desenvolvimento sustentável para todo o Estado, bem como, ao município de Boa Vista. Sobre o Zoneamento Econômico-Ecológico (ZEE) do estado de Roraima, alerta Dantas (2011, p. 82) <sup>3</sup>, que este detalha a área total do estado e percebe-se que sobra apenas 7,44% da área total do Estado disponível para a produção agrícola;

- Contrabando de ouro e diamantes: historicamente o Estado de Roraima, desde o início de sua colonização teve a atividade de garimpo como uma das atividades econômicas.<sup>4</sup> “No fim da década de 70 e início da de 80 houve um verdadeiro “boom” do garimpo de ouro com uma concentração relevante nas cabeceiras dos rios Uraricoera e Mucajaí, área habitada por indígenas das etnias ianomâmi, maiangongue e uaicá entre outros”. (AGOSTINHO, 2001). Fontes não credíveis, indicam que foram extraídas mais de 400 toneladas de ouro, totalmente contrabandeado para o exterior. Para o estado de Roraima, sobrou somente os prejuízos desta atividade clandestina e altamente nefasta ao ecossistema e meio ambiente dos habitantes tradicionais da área. Após a intervenção do Governo Federal, proibindo totalmente estas práticas, parte destes garimpeiros deslocaram-se para outros garimpos na Amazônia. Os restantes se estabeleceram na bacia do Rio Quinô, afluente do Rio Cotingo, e uma parcela significativa ajudou a engrossar o cinturão de pobreza ao redor da capital Boa Vista. (AGOSTINHO, 2001);

- Crescente narcotráfico: Roraima tem se tornado ponto de passagem importante das rotas internacionais do narcotráfico. Algumas condições já existentes contribuem para isto: as pistas antes usadas para a aviação do garimpo estrategicamente localizadas por todo o estado; localização geográfica de Roraima, a menos de 500 km das áreas produtoras de cocaína da Colômbia; e também a menos de 500 quilômetros do Suriname, atual porta de saída de drogas que demandam à Europa; mau aparelhamento e número reduzido de agentes da Polícia Federal no Estado; etc. (AGOSTINHO, 2001);

- Lideranças adversas em áreas indígenas que vem promovendo a criação e ampliação de áreas contínuas transfronteiriças com grandes extensões exclusivamente para uso das comunidades indígenas.<sup>5</sup> Tem-se ainda, a participação da ONU, que vem atuando de forma soberana, restrita e aliada junto às populações indígenas, gerando um mal-estar entre as populações não indígenas que convivem nestas áreas há várias gerações, inviabilizando principalmente os planos de desenvolvimento do estado de Roraima, que dia a dia vem perdendo grandes áreas de terras de elevado potencial econômico. (AGOSTINHO, 2001).

Os desafios e problemas do estado de Roraima convergem para Boa Vista – resolver esta problemática complexa implica uma articulação entre o Município, o Estado e os órgãos nos mais diversos níveis, e por fim, a sociedade. No que implica à degradação e desgaste do meio ambiente, o município de Boa Vista pode alterar este quadro, por meio de implantação e correção das lacunas dos projetos de políticas públicas já realizadas, revertendo as não viabilizações do seu desenvolvimento econômico-social, e

operacionalizando um Plano de desenvolvimento Sustentável. Atreladas a estas soluções, registram-se outras: promoção de um desenvolvimento industrial desconcentrado; incentivos concretos à agropecuária; projetos de assentamento rural previamente planejados; melhoria das infraestruturas sociais e de saúde; assistência técnica rural; energização do interior; montagem de cooperativas de produção; regularização da mineração em áreas indígenas. Estas ações/atividades implementadas são tidas como emergenciais, pois impediriam o risco de haver um colapso das atividades urbanas de Boa Vista (AGOSTINHO, 2001).

O primeiro passo [pode parecer óbvio, mas nem sempre o é] é uma avaliação da situação atual da cidade e do seu entorno, levando em conta também, a situação do Estado de Roraima de uma forma geral, com base em indicadores consistentes, e a partir daí definir-se as Ecotécnicas adequadas para serem atingidos os objetivos propostos nos projetos já implementados [ou mesmo, aqueles que estão em via de serem implementados].

É por certo que Boa Vista [assim como também, o Estado de Roraima] não possui no momento todas as condições para um desenvolvimento sustentável, em função principalmente da ausência de um processo de planejamento realista e contínuo. Aliada a esta situação tem-se a falta de vontade política, o que dificulta a existência de premissas para a implantação de um projeto de sustentabilidade para o Estado, o que culmina com um elevado déficit econômico-social, traduzido através de índices de qualidade de vida. A solução pode passar pelo estabelecimento de políticas calcadas em uma filosofia de ecodesenvolvimento baseado em atitudes concretas de proteção ambiental de sistemas únicos ou frágeis com a sua preservação ou conservação. Acrescenta-se o necessário e efetivo manejo dos recursos naturais, visando a máxima agregação de valor às matérias primas, diminuindo assim o déficit ambiental e econômico do Estado.

É de fundamental importância que sejam propostas metodologias e fluxos de ação, analisando-se inclusive outras experiências desenvolvidas – tanto no Brasil, quanto no mundo, sempre buscando por características não muito distantes da realidade de Boa Vista, a qual é bastante diversificada: pequenas comunidades indígenas e não indígenas, fazendas, garimpos, reservas ecológicas, unidades militares da fronteira, missões religiosas, parte urbana e rural, expansão da parte urbana, criação de subúrbios, pontos geográficos significativos, e recursos naturais mais evidenciados na vida urbana/rural de Boa Vista -, para serem adaptadas e implementados em Boa Vista.

### **Estrutura Regional e Dinâmica Interna da Região**

O crescimento econômico traz mudanças estruturais, que se materializam por três pontos principais: (a) surgimento e desaparecimento de empresas; (b) difusão imperfeita dos fatores de produção no território e entre setores; e (c) crescimento desigual de setores e regiões. Na prática, observa-se que o crescimento ocorre de modo desequilibrado setorial e espacialmente e que existem efeitos de encadeamento diferenciados do crescimento entre setores e regiões. A ideia da difusão dos efeitos de encadeamento da produção e do emprego, ou de integração setorial e espacial, pressupõe a existência de canais de integração, como meios de comunicação e de transporte eficientes. (SOUZA, 2009, p. 56).

Perroux enfatizou este ponto, ao afirmar que a economia subdesenvolvida não está interligada pelo entrelaçamento de preços, fluxos e expectativas. Ela tornar-se-á articulada somente quando forem implantados "vários pólos de crescimento, ligados por vias e meios de transporte, que compõem pouco a pouco a infraestrutura da economia de mercado". (PERROUX, 1977, p. 147, apud: DINIZ e CROCCO, In: DINIZ e CROCCO, 2006). Aqui pode-se citar a importância da BR 174, também chamada de Manaus-Boa Vista, que é a única que liga Roraima ao resto do país, e é também chamada de Rodovia da Integração com o Caribe. "Pela relevância regional que possui, pode-se chamá-la de 'BR Brasileiro-Caribenha', ou 'BR da Integração Brasil-Venezuela'". (LIMA, 2012).

Desta forma, a BR 174 toma grande importância para o estado de Roraima posto que liga o estado e o município de Boa Vista aos demais centros urbanos do país, permitindo uma integral difusão dos efeitos de encadeamento na economia local e entre os subespaços do sistema regional. Ou seja, minimiza o efeito 'isolamento geográfico e econômico' sobressalente do município de Boa Vista em relação ao resto da economia nacional, mas não resolve o lento crescimento de pólos de desenvolvimento. Daí a importância de portos e estradas tidos por enclaves para evasão e trocas econômicas. Em muitos casos, o enclave é inevitável pela ausência de mercados locais ou de mercados não eficientes em uma economia maior.

Souza (2009, p. 67) aponta que a solução é diversificar, a estrutura produtiva da área boavistense, implantando atividades integradas aos pólos principais conforme as atividades desenvolvidas nestes. A periferia de Boa Vista precisaria ter poder de compra para adquirir os bens do pólo. Neste sentido, torna-se indispensável o estabelecimento de políticas voltadas para a melhoria das condições de vida desta população [incluindo a população rural], a implantação de infraestrutura: *e.g.* pequenas pontes, estradas secundárias, escolas, construção de poços artesianos e pequenas barragens, eletrificação, etc., assim como, a difusão do crédito, incentivos ao cooperativismo, a irrigação e diversificação de culturas, entre outras iniciativas.

A presença de empresas interdependentes, motrizes e polarizadas, no centro principal e em regiões vizinhas, interligadas por canais de fluxo eficientes, favorece a difusão de bens, pessoas, informações, fatores de produção e inovações tecnológicas. Os canais são "os meios de transporte e de comunicações, as instituições de pesquisa, as redes interindustriais integradas e a hierarquia urbana, localizando as atividades econômicas compradoras e fornecedoras de insumos". (SOUZA, 2009, p. 57).

### **Política Nacional De Desenvolvimento Regional (Pndr) – Ministério Da Integração Nacional (Mi): O Investimento Nos Pólos De Desenvolvimento**

O Ministério da Integração Nacional (MI) é o principal instrumento, a nível federal, para políticas territoriais voltadas para as regiões menos desenvolvidas, detendo o papel ativo na promoção de políticas de desenvolvimento regional. A Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR – foi elaborada sob o enfoque de um conjunto de idéias, representando o ponto de partida para a então desejada ação de desenvolvimento de gestão ambiental urbana. O desafio é estruturar uma política pública com a chancela dos poderes constituídos, dos entes federados e das forças sociais que dão ânimo à política brasileira. A ideia do

MI é evidenciar que a Política brasileira deve estar voltada para a redução das desigualdades regionais, por meio da ativação das potencialidades de desenvolvimento das regiões brasileiras marcadas por uma grande diversidade. Esta diversidade se desdobra em múltiplas dimensões - ambiental, socioeconômica e cultural, - e serve de base a um desenvolvimento incluyente e sustentável. A ideia é então, por meio dos parâmetros destas diversidades, promover uma estrutura de forma que se alcance ou se propicie, uma sociedade mais justa. (MI, 2005).

Há uma concentração de meios de produção e força de trabalho em determinados pontos do território brasileiro, e tal fato decorre da dinâmica do mercado e das políticas públicas. O outro lado desta questão, é que aumentam as desigualdades sociais e regionais, evidenciando a necessidade de organização das políticas capazes de minorar seus efeitos negativos e reafirmar a coesão social e territorial e de suas regiões. (MI, 2005).

Em função também da globalização, os países menos desenvolvidos têm dificuldades em auferir maiores contrapartidas das corporações em seus territórios, limitando o desenvolvimento para todas as localidades de forma igual, além de deixarem os interesses das corporações ou das populações destes territórios, em segundo plano. Estas corporações buscam manter suas atividades econômicas em áreas que melhores condições podem oferecer em termos de atração locacional, atributos de infraestrutura, recursos humanos qualificados e qualidade de vida da população, ou seja, mais aptas a receber as instalações de empreendimentos modernos e de forma a gerar maiores lucros. (MI, 2005). Quando instaladas, alteram as paisagens, modos de vida, estruturas e relações sociais destas localidades.

Em compensação, as áreas que são excluídas do mercado, tendem a permanecer à margem dos fluxos econômicos, apresentando níveis de renda e bem-estar inferiores, ocorrendo o esvaziamento populacional e uma estagnação e letargia social e econômica. Os fluxos migratórios dirigem-se para áreas mais dinâmicas ou de maior patrimônio produtivo instalado. (MI, 2005). Estas últimas são caracterizadas na Nova Geografia Econômica de Krugman. Lembra-se que, nem sempre as forças exógenas são capazes de alcançar efeitos suficientes para transformar realidades socioeconômicas arraigadas de populações locais. (MI, 2005). “A vida social e econômica persiste nas áreas periféricas, realimentando circuitos secundários de valorização dos capitais ou de iniciativas de organização alternativas que animam a vida cotidiana” de certas camadas da população. (MI, 2005). Evidencia-se o papel das políticas de desenvolvimento regional, as quais detêm a capacidade de alterar tal cenário e promoverem o equilíbrio entre uma região/localidade que recebe as corporações, e as outras que não recebem.

A ideia da política de desenvolvimento regional é atuar na revalorização de regiões para atrair as grandes corporações, bem como pequenas e médias empresas por meio de incentivos fiscais, para que possam na verdade, promover ali certo desenvolvimento. Atuam ainda na promoção de criatividade e capacidade de organização coletiva afim de que se encontrem brechas para a inclusão social e econômica desta coletividade. Implementadas então as políticas de desenvolvimento regional, junto com as iniciativas complementares, àquelas regiões que estavam estagnadas passam a agregar valor, a criarem conexões com outras estruturas de produção - empregos diretos e indiretos -, fomentando o desenvolvimento econômico.



Esta nova visão de desenvolvimento clama pelas forças endógenas do sistema regional. Há exemplos na história da sociedade econômica – casos dos distritos industriais italianos ou do Vale do Silício californiano –, que ocorreram de “baixo para cima” (STÖHR, 1972), e como propôs Aydalot (1985) nos anos 80: criar “meios inovadores”, ou explorar em uma determinada região todos os tipos de inovações, conforme explicou Harvey, em 1999. Eis a comprovação de que são as forças sociais que detêm a capacidade ou os elementos-chave das estratégias preconizadas, sendo necessário agregarem-se de forma simbiótica às políticas de desenvolvimento a participação das organizações da sociedade.

O objeto principal da PNDR é atuar na identificação das profundas desigualdades de níveis de vida e de oportunidades de desenvolvimento em uma determinada localidade, no caso, o município de Boa Vista, para reduzir por meio de políticas, a ausência e/ou estagnação da atividade econômica na intenção de alcançar melhor equilíbrio para a população boavistense, no que diz respeito à qualidade de vida, e o equilíbrio com o meio ambiente. Neste sentido, o MI tem promovido a realização de seminários, reuniões técnicas e formações, assim como, envolvendo também, outros órgãos e instituições governamentais, tais como: universidades regionais, prefeituras e movimentos sociais. Os resultados revelam uma latente falta de diálogo entre as ações na escala federal e as da escala estadual que, em muitos momentos, tem apenas os atores regionais ou locais como ponto de convergência e revela uma ligação não articulada entre as esferas de governo e o Governo do Estado.

No caso do estado de Roraima, a maior questão é a desigualdade regional e os critérios de elegibilidade, conforme aponta Eduardo Luiz Zen (apud CODE 2013, 2012). O coeficiente de Gini para o estado de Roraima vem aumentando – 0,2% no período entre 2000 e 2010 (CODE, 2013). A taxa de desemprego caiu bastante; no Brasil, a queda foi de 6,7%, Roraima registrou 6,4%. (CODE 2013, 2012). Estes dados revelam que mesmo com as dificuldades de isolamento, Roraima vem se expandindo em alguns setores. Os registros apontam para a expansão do serviço público, que mantém salários médios e altos, promovendo a cultura do ‘contracheque’<sup>6</sup> para a região (FOLHA DE BOA VISTA, 2012, p. 20). Em consequência, ter-se-ia “os serviços complementares que serão, o desenvolvimento da construção civil, a prestação dos serviços, um consumo maior, um *Shopping Center* com movimento, [...] eixos de pulsação econômica [...]”. (JUCÁ FILHO, 2014).

### **Questão Ambiental como Problema Local**

A política ambiental no Brasil tem vindo a ser construída nos últimos 40 anos, sob os seguintes aspectos: globalização (VIOLA, 1998); políticas locais no contexto da sustentabilidade, democracia, mudanças ambientais globais (FERREIRA, 2001, 1998), indicadores de qualidade ambiental. (HERCULANO, 1998). Eis que estas questões são tratadas no território nacional, mas a nível local, a depender das estruturas de governabilidade [mais democráticas], e pelos níveis de qualidade de vida [mais substantivos e abrangentes]. (GUIMARÃES, 2000, p. 93).

Conforme explica Herculano (1998, p. 78) é a partir do entendimento de um mundo moderno, no que

tange à nação, à cultura e à cidadania, tendo em vista que estes tópicos formatam a democracia e a qualidade de vida, então desejada pelo poder local, e a partir da discussão dos níveis alcançados desta qualidade de vida se discute o compromisso ético da sociedade, por meio da potencialidade humana não brutalizada de forma que não se destrua a natureza.

Não há como garantir a qualidade sem a existência da cidadania, da mesma forma não há como garantir a cidadania sem o exercício da democracia. A democracia ocorre mediante a soma da dimensão cultural, do espaço transformado, e o papel político do Estado-nação no qual o governo, o sindicato, e os partidos, e também os movimentos sociais são sua expressão. (ORTIZ, 1997, p. 38-39 e 45). Todo este contexto tem capacidade de movimentar as políticas públicas que por meio da gestão ambiental urbana promove um planejamento capaz de preencher as necessidades locais, expressadas pelos movimentos sociais, bem como também, outros meios – universidades, associação dos moradores, dados estatísticos dos serviços de saúde, igreja, etc., dentro do município de Boa Vista.

Daí podemos depreender que cultura, espaço e política são fundamentais na compreensão da abordagem de questões ambientais nacionais e locais no contexto da globalização, trazidas pela mundialização, por meio da análise não generalizável do conceito modernidade mundo, diferenciado e desigual. (GUIMARÃES, 2000, p. 95).

Estes conceitos são compreendidos quando da análise da globalização de oportunidades, diante dos resultados de espaço e cultura, politicamente diferenciados.

No que diz respeito a participação internacional nas políticas ambientais no Brasil, o entendimento de uma economia aberta e internacionalizada, Viola (1998, p. 12) explica que estas se dão a partir do governo Collor.<sup>7</sup> As concepções daí advindas influenciaram os padrões de proteção ambiental sobre setores exportadores brasileiros; ao mesmo tempo, a ‘modernização do setor produtivo do Sul/Sudeste’, com a utilização de tecnologias mais favoráveis à sustentabilidade ambiental. Os atores deste contexto atuaram também nos novos movimentos sociais que passaram também apoiar os movimentos ambientais, paralelo a vida virtual e globalizada, com desenvolvimento pessoal reflexivo, e finalmente a realização da UNCED no Rio de Janeiro em 1992. (GUIMARÃES, 2000, p. 95).

A escolha do Brasil para sediar a UNCED-92, feita pela ONU, reforçou a projeção do Brasil no cenário internacional (VIOLA, 1998, p. 13), tanto em termos de capacidade organizativa, quanto de inserção internacional dos novos movimentos sociais brasileiros, com a participação na execução das novas políticas públicas ambientais.<sup>8</sup> Há, no entanto, um momento pós-Eco-92 caracterizado por uma paralisação dos agentes e atores institucionais e sociais, perante a implementação das agendas políticas; adicionalmente, tem-se também a resistência do IBAMA<sup>9</sup> como questões que desgastaram maiores evoluções em um primeiro momento de desenvolvimento ambiental. Em meados de 1994, quando o PNMA I já trabalhava na formulação de um Projeto de Execução descentralizada a nível nacional, surge então o PED - Projeto de Execução Descentralizada. (GUALDA, 2001).

A implementação destas novas políticas, embora tímidas, já mostravam alguma visibilidade com a introdução de novas ferramentas institucionais, basicamente dirigidas para a descentralização ambiental.

Nasce então, o Programa de Descentralização Ambiental do Ministério do Meio Ambiente que contou com a participação de todos os Estados brasileiros e todas as representações do IBAMA estaduais. Deste processo nascem diversas mudanças, entre elas a criação das políticas da ANAMMA - Associação Nacional de Municípios e Meio Ambiente, e também em municípios e núcleos regionais variados nos Estados. (GUIMARÃES, 2000, p. 98).

À época, no município de Boa Vista, o governo local era de Barac da Silva Bento (1989 a 1992) por ser o primeiro prefeito do município de Boa Vista, é óbvio que enfrentou muitas dificuldades em termos de gestão da cidade que ainda se formava: sem planejamento urbano, crescimento exponencial da população, em função do fluxo migratório, expansão fragmentada, fragilidade em todos os serviços sócias e de infraestrutura, e por fim, desrespeito ao meio ambiente (BATISTA, 2013, p. 92). Há de se considerar que naquela época, o poder local ainda não dispunha de maiores entendimentos a respeito de políticas ambientais. As primeiras decisões se limitavam à preservação, licenciamento e controle ambiental. Somente a partir daí é que a questão ambiental passou a fazer parte das estratégias de desenvolvimento, sem esquecer a importância que deve ter uma visão social do ambiente. (FERREIRA, 1992, p. 194). Ferreira (1992, p. 209) esclarece que, o desenvolvimento alcançou fatores de horizontalização, e com isto inseriu questões ambientais nas políticas públicas institucionais. Ocorre que, as questões de sustentabilidade e descentralização não fizeram parte das concepções das políticas institucionais no início dos anos 90. Especificamente em Boa Vista, foi criado o Plano Diretor (de 1991) com objetivos de planificar a expansão urbana, diretrizes para a preservação da ecologia e do meio ambiente, plano de construção viária – ligando os bairros da cidade ao centro. Os objetivos do Plano Diretor à época de Barac Bento tinham por enfoque primordial, a dinamização da função social e econômica da cidade e do cidadão. (BATISTA, 2013, p. 93). Boa Vista crescia com sua desordem urbana, revelando “a falta de sintonia entre a gestão e o planejamento e a desarticulação entre as ações da administração e a realidade urbana” (BATISTA, 2013, p. 99).

Viola (1998, p. 18) explica que no governo de Fernando Henrique Cardoso – FHC - (1995-98), inicia-se a globalização dos parâmetros macroeconômicos, mas permanece uma lenta disseminação da sustentabilidade nas políticas públicas, sendo tratada de forma secundária. Tanto é assim que, as questões de sustentabilidade ambiental não foram contempladas com prioridade nas políticas de desenvolvimento, promovidas pelo programa ‘Brasil em Ação’.<sup>10</sup> Em relação à política ambiental internacional, o Brasil não aproveitou as vantagens dos recursos disponíveis para adotar políticas proativas no que se refere a negociações globais.<sup>11</sup> Os problemas se perpetuavam de governo a governo, e não se eliminavam questões centrais, como as da política amazônica, em todos os seus desdobramentos. (VIOLA, 1998, p. 24).

No que diz respeito a Boa Vista, na mesma época de FHC, o município era administrado por Maria Tereza Saenz Surita, a qual, em seu governo, primou por obras de urbanização, georreferenciamento da cidade, drenagem, iluminação pública, produção de diagnósticos socioeconômicos, e projetos sociais. No que diz respeito aos projetos sociais, destacam-se: Projeto Braços Abertos, que mobilizou os Projetos Crescer, Esporte Noite Adentro, Academia Aberta, Meninos do Dedo Verde, Cabelos de Prata, Guardas Mirins, Artcanto, Expresso Saúde, Casa Mãe, Estufas Projeto Pati-Á, Raízes e Projeto de Desenvolvimento

## **Iniciativas para o Desenvolvimento Local: indicadores de sustentabilidade**

Conforme aponta Leila Ferreira (1997, p. 63), a análise das políticas ambientais no nível local é bastante recente. Para que elas ocorram é necessário compreender que a sustentabilidade e a democracia são aspectos essenciais na consolidação das relações: globalização/mundialização e a localidade/ação.

Segundo Cahn (1995) e Leila Ferreira (1997, p. 64), a acuidade nas políticas ambientais mostra que os governos ainda não estão preparados para resolver os problemas ambientais locais. Só com reformas institucionais e na promoção de novos processos de decisão é que as políticas implantadas teriam sucesso. Ferreira (2001) amplia esta perspectiva ao estabelecer o nexo entre local e urbano, introduzindo questões socioeconômicas locais. Segundo a autora, o cerne do problema – grande promotor de dificuldades -, está na centralização da gestão do Estado. Necessário seria – e de forma urgente -, a adoção de poderes mais descentralizados para que se promovesse uma capacidade local de resolução de seus próprios problemas.

Alier (apud: FERREIRA, 1997) corrobora tal entendimento e afirma que diante de tais perspectivas, o espaço público comunitário adquire peso fundamental, pois representa a evolução da democracia e os sistemas descentralizados e participativos - ou seja, seria um espaço politizado. Uma das formas da garantia de que assim aconteça, é o Plano Diretor do Município de Boa Vista, o qual em vários pontos dá predições para garantir [e ampliar] a participação da sociedade civil nas políticas públicas do município – art. 72, art. 74 e seus incisos. O autor citado por Ferreira (1997) aponta que a inclusão-exclusão de parcelas da população urbana, diferenciadas pelos seus níveis de consumo, devem ser complementadas pelo acesso à informação. Portanto, devem ser criadas redes que integrem diferentes atores no sentido de sempre permitir maior compreensão da importância da implementação de políticas públicas. (GUIMARÃES, 2000, p. 101).

Alier (apud: FERREIRA, 1997) registra o nascimento de uma sociologia ambiental, na qual o campo de ação não prevalece mais relações de poder absoluto, mas sim, é transformada em uma autoridade partilhada, e com possíveis ações a acontecerem. Esta concepção é inferida também por Herculano (In: HERCULANO, PORTO, FREITAS, 2000), Ferreira (2001), e Buttel (In: HERCULANO, PORTO, FREITAS, 2000) ao afirmarem que as políticas locais, no que diz respeito à sustentabilidade, democracia e mudanças ambientais só podem acontecer quando ocorre o surgimento de novos atores sociais, a descentralização, o partilhamento, a inclusão e também a exclusão de velhas formas e poderes. Buttel (In: HERCULANO, PORTO, FREITAS, 2000, p. 30) faz uma análise reflexiva e ecológica, registrando a implicação dos atores, não como simples agentes passivos das forças da modernização, mas as necessárias da vida social e ambiental.

“A descentralização implica um Estado mais estratégico e menos executor”. (GUIMARÃES, 2000, p. 101). Ferreira (2001, p. 15) enfatiza que as populações urbanas na maioria das vezes resolvem localmente os seus problemas. Ocorre uma maior participação do governo local e reconhecimento do espaço público comunitário. Quando assim é, o poder local ajusta-se e passa a dispor de mecanismos locais e institucionais

que se adaptam às experiências participativas.<sup>12</sup> Quando ocorre então a “autoridade partilhada”, conforme Guimarães, é possível de se alcançar a gestão ambiental descentralizada na sustentabilidade.

Para compreender a exclusão social – longe dos acessos aos serviços públicos ou ao uso dos recursos naturais, e dos melhores espaços urbanos -, Herculano (1998, p. 77) diz que se trata de uma luta de classes em uma realidade neoliberal atual, e esta realidade tem por característica a disseminação da pobreza no mundo industrializado, conforme Touraine (1994), esta mesma realidade, revela a contradição entre os socialmente incluídos e excluídos. (GAUDIER, 1993, apud TOURAINÉ, 1994). Esta realidade em Boa Vista é nítida pelo desordenamento do espaço urbano, que sob a convivência do poder público (municipal), não as pratica, posto que o Estado ou seus governadores distribuíam lotes, tendo como “pano de fundo” de suas campanhas eleitoreiras. Como, exemplo, tem-se as ações para provisão de moradia para a população de “baixa renda” promovido pelo Governo Estado, denominado loteamento “Conjunto Cidadão” e as residências de alto padrão de luxo situadas as margens do rio Branco. Ambas as construções foram feitas em Área de Proteção Permanentes - APP's. (VERAS, 2009, p. 187).

Guimarães (2000, p. 102) explica que esta contradição de incluídos e excluídos se dá pelo nível de consumo, e que espaço urbano dá ou não em menor ou maior grau, acessibilidade diferenciada aos bens oferecidos - culturais, educacionais, produtos industriais ou informacionais – e dentre estes bens está o acesso à participação e tomada de decisões. O Plano Diretor Estratégico de Boa Vista (2006) dá predições para garantir a participação da sociedade civil nas políticas públicas do município – (art. 72, art. 74). No entanto, não dá efetividade à mesma, esquivando-se da definição dos canais e instrumentos que viabilizem a tal participação. Não há fóruns entre governo e sociedade, e conseqüentemente, não há participação social.

O consumo e suas várias formas de acesso estão ligados a fatores de distribuição mais equitativa de renda, e políticas de desenvolvimento educacional, cultural, científico e tecnológico que possibilitam a melhoria das qualidades de vida e ambiental. Este acesso é o que permite a exclusão [maior ou menor] nas cidades de todo o mundo. (VIOLA, 1998; FERREIRA, 2000). Neste contexto, para superar os problemas no que diz respeito a conseqüências desastrosas do meio ambiente, Ferreira (2001, p.16) indica a criação de redes que integrem atores e suas plataformas da questão ambiental. Tal interação, permitiria a superação da visão de que a pobreza estaria ligada necessariamente à deterioração ambiental. Não há definição de instrumentos específicos que visem ou tenham por objetivo a universalização do acesso aos serviços de saneamento ambiental. Inclusivamente também não há definição dos instrumentos previstos no Estatuto da cidade do município de Boa Vista. Não consta também no Plano Diretor Estratégico de Boa Vista (2006) um plano municipal de saneamento ambiental.

Os espaços politizados ou espaços públicos (FERREIRA, 2001, p. 17) permitiriam então novas formas de ação social, onde apareceriam alternativas aos “problemas gerados pela maneira como Estado, mercado e comunidade desenvolveram suas racionalidades na modernidade, provocando as irracionalidades formuladoras de sua crise”. (GUIMARÃES, 2000, p. 103). Estas alternativas seriam as ações políticas conectadas nos espaços domésticos, de produção, de cidadania, e suas relações sociais, rompendo assim, os

campos políticos e institucionais anteriormente estruturados, surgindo então, uma relação de poder com autoridade partilhada.

Em todo este contexto, deve prevalecer, a busca da qualificação e quantificação da qualidade ambiental, como um passo à frente no estabelecimento de novos patamares de necessidades básicas. (BUTTEL, In: HERCULANO, PORTO, FREITAS, 2000). Neste contexto, o uso dos indicadores de sustentabilidade ambiental<sup>13</sup> se tornam importantes instrumentos de averiguação da realidade, como forma de direcionar ações e projetos de políticas públicas.

Uma sociedade sustentável tem objetivos econômicos e sociais, além dos ambientais. Neste sentido, os indicadores de sustentabilidade abrangem preocupações quanto ao meio ambiente, não esquivando-se porem, dos objetivos econômicos e sociais. A desigualdade tem sido mencionada várias vezes como tendo um impacto sobre a pobreza, o que, por sua vez, afeta o uso dos recursos naturais e dos serviços ambientais.

Os indicadores de sustentabilidade são o produto do sistema de informação amplo, que expressam os valores que a sociedade coloca em aspectos sociais, ambientais e econômicos do desenvolvimento sustentável ou da qualidade de vida de uma sociedade. A contabilidade integrada é apenas um elemento neste sistema de informação social amplo que abrange também os indicadores sociais e ambientais em termos físicos e qualitativos desenvolvidos e utilizados pelas instituições sociais para expressar e fazer cumprir valores sociais representativos para as atividades humanas na direção de uma sociedade sustentável. Desta forma, as instituições sociais usam os indicadores econômicos para refletirem os valores econômicos da sociedade naqueles níveis.

O trabalho sobre indicadores é um processo social, no qual é necessário cumprir quatro estágios:

1. Diferentes segmentos de uma sociedade (organizações para a conservação, sindicatos, grupos de consumidores, grupos de mulheres, grupos de cidadãos, igrejas, órgãos governamentais, representantes diversos - indígenas, de deficientes -, e outras partes da sociedade civil), identifica e concorda sobre aspectos importantes na qualidade da vida e estabelecem objetivos, sob cronogramas. Desta forma, promove-se um aumento da consciência das questões sociais, ambientais e econômicas;

2. Os escritórios oficiais de estatística devem regularmente prover indicadores para expressar os aspectos importantes socialmente identificados de uma sociedade sustentável; mostrar a posição da sociedade nestes dados oficiais;

3. Os meios de comunicação deverão fazer publicidade dos indicadores identificados e objetivos estabelecidos;

4. A sociedade precisa examinar coletivamente as instituições sociais existentes; realizar reformas necessárias para o fortalecimento das instituições sociais ou remoção de restrições institucionais. (SHENG, In: CAVALCANTI, 2002, p. 176).<sup>14</sup>

Uma sociedade sustentável é alguma coisa a que aspiram todos os cidadãos, no que diz respeito a soluções frente a problemas sociais, ambientais, e econômicos que a impedem de caminhar em direção à sustentabilidade. Estes problemas são, na sua maioria, induzidos pelo homem e suas atividades, as quais são

condicionadas às instituições sociais com base em sistemas de informação que expressam ou deixam de expressar os valores da sociedade.

Os sistemas de informação e as instituições sociais tem condições de realizarem correções nos valores da sociedade de forma a deixar esta compatível com a sustentabilidade. Lembrando que esta, [a sociedade], é que tem condições [poder] de corrigir os sistemas de informação quando esta não transmite os valores corretamente. Ou seja, cabe à sociedade as devidas correções dos sistemas de informação e das instituições sociais para remover os obstáculos que impedem esta [a sociedade] de caminhar em direção à sustentabilidade. (SHENG, In: CAVALCANTI, 2002, p. 177).

Os valores econômicos e os sistemas de informação de uma sociedade, frequentemente, tem um papel dominante na orientação das instituições sociais, que, por sua vez, regulam as atividades humanas. Mas nem por isto, aqueles [valores econômicos e sistemas de informação] não necessitam de correções. A partir daí, ter-se-ia uma base de reestruturação para as instituições sociais. (SHENG, In: CAVALCANTI, 2002, p. 178).

Para realizar tais mudanças, deve-se ater aos aspectos sociais do meio ambiente que não podem e não devem ser monetizados. Indicadores sociais e ambientais em termos físicos e qualitativos devem, portanto, ser desenvolvidos e utilizados pelas instituições sociais. O desenvolvimento de indicadores de sustentabilidade é um processo social. A participação da sociedade é fundamental para estabelecer-se um conjunto socialmente identificado de problemas, objetivos e soluções. Cabe aos sistemas de informação e as instituições sociais, a coleta e divulgação de dados, assim como também, desenvolvimento dos indicadores e sua devida publicidade. O objetivo é o de alcançar a sustentabilidade socialmente determinada [ou almejada].

O desafio mais importante para uma sociedade caminhar na direção da sustentabilidade são as reformas institucionais, posto que cabe a estas a identificação dos termos sociais, ambientais e econômicos. Ocorre que, as instituições sociais são constrangidas por interesses constituídos e lentas em mudar e responder a valores da sociedade identificados. Depreende-se do exposto, que sem reformas institucionais, não se alcança a sustentabilidade para a sociedade.

Das idéias aqui extraídas da realidade do município de Boa Vista, busca-se por identificar as contribuições, tanto no sentido de problemas surgidos – para discussão e identificação de soluções possíveis -, quanto dos sucessos alcançados para se identificar as melhores formas de desenvolver uma promoção cada vez mais adequada ao preenchimento dos anseios e necessidade da sociedade local. A participação da sociedade é fundamental para a elaboração de propostas concretas que espelhem os anseios de todos. Paralelo a esta, deve estar à vontade política, que somados podem potencializar a formas conscientes das dificuldades naturais, respeitando o seu maior recurso que é a população que aí vive e quer produzir.

Os óbices existentes para o desenvolvimento socioeconômico-ambiental para o município de Boa Vista comprometem o seu desenvolvimento harmônico, sendo necessário a análise correta para que possam ser adequadamente ultrapassados; possam ser contornados ou superados, eliminados ou corrigidos; o

primeiro passo é a aplicação eficiente da legislação, por meio de uma eficiente fiscalização e penalização. (AGOSTINHO, 2001).

A realidade de Boa Vista é complexa. Não há como apresentar uma solução que permita condensar e resolver todos os problemas. O tempo é uma variável a ter em conta nesta equação. O plano estratégico para o município de Boa Vista deveria ser composto de objetivos com diferentes períodos temporais – curto, médio e longo prazo. Sabe-se que, as mudanças de fundo das principais questões – educação, saneamento básico, alimentação, emprego, assistência médica, desmatamento, custo de vida, dentre outros -, somente são alcançadas em um período temporal superior a uma legislatura. Apresenta-se por esse motivo essencial, um pacto de regime entre os partidos políticos de forma a encontrar um consenso e aprovação do plano estratégico, de forma que este não seja alterado, mas sim continuado em cada legislatura.

### **Considerações finais**

Os óbices existentes para o desenvolvimento socioeconômico-ambiental para o município de Boa Vista comprometem o seu desenvolvimento harmônico, sendo necessário a análise correta para que possam ser adequadamente ultrapassados; possam ser contornados ou superados, eliminados ou corrigidos; o primeiro passo é a aplicação eficiente da legislação, por meio de uma eficiente fiscalização e penalização. (AGOSTINHO, 2001).

A principal questão é indicada pela situação da falta de vontade política, o que dificulta a existência de premissas para a implantação de um projeto de sustentabilidade para o Estado, o que culmina com um elevado déficit econômico-social, traduzido através de índices de qualidade de vida. A solução pode passar pelo estabelecimento de políticas calcadas em uma filosofia de eco desenvolvimento baseado em atitudes concretas de proteção ambiental de sistemas únicos ou frágeis com a sua preservação ou conservação.

A realidade de Boa Vista é complexa. Não há como apresentar uma solução que permita condensar e resolver todos os problemas. O tempo é uma variável a ter em conta nesta equação. O plano estratégico para o município de Boa Vista deveria ser composto de objetivos com diferentes períodos temporais. Sabe-se que, as mudanças de fundo das principais questões – educação, saneamento básico, alimentação, emprego, assistência médica, desmatamento, custo de vida, dentre outros -, somente são alcançadas em um período temporal superior a uma legislatura. Por este motivo essencial, um pacto de regime entre os partidos políticos de forma a encontrar um consenso e aprovação do plano estratégico, de forma que este não seja alterado, mas sim continuado em cada legislatura.

### **Notas**

<sup>1</sup> Mestre em Geografia. Doutorado em Ciência Política e Professor Titular do Curso de Geografia da Universidade Estadual de Roraima (UERR). Brasil.

<sup>2</sup> A presença de materiais em suspensão numa amostra de água causa a dispersão e a absorção da luz que atravessa a amostra, em lugar da sua transmissão em linha reta. A turbidez é a expressão desta propriedade óptica e é indicada em termos de unidades de turbidez (NTU – *Nephelometric Turbidity Unit*) (SUSTENTABILIDADE EM AÇÃO, 2007). Turbidez ou turvação é uma propriedade física dos fluidos que se traduz na redução da sua transparência devido à presença de materiais em suspensão que interferem com a passagem da luz através do fluido (SOUSA, 2001).



<sup>3</sup> ZEE – Zoneamento Ecológico-Econômico se apresenta como uma das mais importantes ferramentas de gestão territorial vale dizer, dos recursos materiais e naturais mais conhecidos da região, diante disto é possível que haja a inserção de novos empreendimentos, haja vista o reordenamento territorial que o PZEE (Programa de Zoneamento Ecológico Econômico) proporciona a uma região. Dantas explica que ZEE representa um instrumento político e técnico de planejamento, cuja finalidade consiste em otimizar o uso regional e as políticas públicas, ou seja, ele incrementa a eficácia das decisões políticas e das intervenções públicas na gestão do território, produzindo canais de negociação entre as várias esferas de governo e a sociedade local. De acordo com o Governo de Roraima (2001) o ZEE no Estado tem como objetivo dar suporte técnico e científico para a implementação de projetos voltados à implantação de pólos agrícolas, de exploração de recursos minerais e hídricos e para a melhor utilização dos serviços ambientais. Por óbvio, que um Programa de ZEE implica na situação política-econômica-social, bem como ambiental, da cidade de Boa Vista, tendo em vista que é a capital do Estado, e agrega a maior população do Estado. O ZEE foi instituído pelo Decreto Estadual de 1362/92, com a composição da Comissão Coordenadora do ZEE/RR. De acordo com governo de Roraima atualmente o ZEE-RR se encontra institucionalizado no âmbito estadual pelas leis Complementares nº 143/2009 e nº 144/2009, que instituíram o Sistema de Planejamento e Ordenamento Territorial do Estado de Roraima. (DANTAS, 2011. p. 84).

<sup>4</sup> As áreas mais representativas do garimpo, concentravam-se em sua maior parte nas bacias dos rios Maú e Cotingo e de seus afluentes, na Serra do Tepequém e em inúmeros grotões espalhados em toda a sua região Norte Nordeste. Hoje a atividade é proibida e sobrevive na clandestinidade com contrabando do diamante da Guiana e da Venezuela para o Brasil, somada a uma pequena produção da Serra do Tepequém e Rio Maú. (AGOSTINHO, 2001).

<sup>5</sup> Segundo Agostinho (2001), há constantes transgressões da linha fronteira internacional pela Venezuela: a fronteira internacional do Brasil com a Venezuela, na porção do Estado de Roraima é composta por extensas serras com grandes altitudes e selva densa, fatores estes que não permitiram uma correta demarcação dos pontos limítrofes nos divisores de água das bacias dos rios Orinoco e Branco. Com o uso de tecnologia moderna a comissão mista Brasil-Venezuela procura acertar a linha fronteira com o adensamento dos marcos, o que deverá dar uma diferença de aproximadamente 5.000 quilômetros quadrados a favor da Venezuela, segundo estimativas preliminares da CPRM.

<sup>6</sup> Designação usada para identificar os servidores públicos, ou seja, indivíduos com renda fixa e garantida pelo Estado.

<sup>7</sup> No governo Collor a abertura da economia dependia de uma política direcionada a atrair novos investimentos estrangeiros, e para que isto assim ocorresse, o governo dependia da credibilidade e sensibilidade nacionais, em relação a problemas globais intervenientes.

<sup>8</sup> Dois projetos registram os primeiros passos para uma conscientização preeminente das necessidades de reformulação dos projetos no Brasil com enfoque ambientais: a despoluição da baía de Guanabara e dos rios Tietê e Guafba. Tais projetos, tiveram financiamentos internacionais e aportes estaduais orçamentários. (GUIMARÃES, 2000. Op. Cit. p. 96).

<sup>9</sup> O IBAMA é um órgão multifacetado, resultado da fusão de antigas autarquias e instituições federais. Sua resistência se deu em função das disputas internas de espaço, disputas de poder com o novo ministério e incapacidade de gestão de questões complexas e emergentes, como as relativas à conservação ambiental e desenvolvimento sustentável. (GUIMARÃES, 2000. Op. Cit. p. 96).

<sup>10</sup> O programa Brasil em Ação foi uma iniciativa do governo de Fernando Henrique Cardoso [presidente] em 1996, cujo objetivo era listar, agregar e gerenciar um pacote de ações e obras do governo federal em parceria com estados, municípios e empresas privadas. Os empreendimentos (58 ao total) desenvolvidos no programa eram voltados para a promoção do desenvolvimento sustentável e estrategicamente desenvolvidos para reduzir desigualdades regionais e sociais. BRASIL. Programa Brasil em Ação, 2015.

<sup>11</sup> Algumas das questões tratadas de forma ambiental internacional, por exemplo, fontes renováveis na matriz energética (hidrelétrica e biomassa) e potencial (solar, eólica), não foram tratadas nas políticas de desenvolvimento e ampliação de oferta energética no país, no Programa de Racionamento das Regiões Nordeste, Sudeste e Centro-Oeste (lançado em 18/5/2001). (GUIMARÃES, 2000. Op. Cit. p. 99).

<sup>12</sup> As experiências participativas já têm em sua gênese da formação certos estamentos ambientais. Exemplo disto, conta Guilherme (1976) que alguns estudos de impacto formulados na Escócia nos anos da década de 1970, a partir dos problemas advindos da descoberta de petróleo no Mar do Norte, foi utilizada a experiência da *public participation*, a qual já tinha sido aplicada aos casos de questões habitacionais e urbanas, e que suscitaram relatórios de impacto ambiental.

<sup>13</sup> Os Indicadores Ambientais estão descritos no Decreto nº 6.101, de 26/4/2007, do Ministério do Meio Ambiente, e envolvem questões como: a preservação, conservação e utilização sustentável de ecossistemas, preservação e conservação da biodiversidade e das florestas, instrumentos econômicos e sociais para a melhoria da qualidade ambiental e o uso sustentável dos recursos naturais, entre outras. Constituem-se como ferramentas indispensáveis para acompanhamento e definição das políticas, ações e estratégias dos órgãos do Estado nas ações executadas pelo Poder Público junto à sociedade. (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2015).

<sup>14</sup> A publicação anual de *World Resources*, pelo *World Resources Institute*, do *Human Development Report* (contendo o índice de desenvolvimento humano), pelo PNUD, e do *World Development Report*, pelo Banco Mundial, oferecem dados e informações relacionados à questão. (SHENG, In: CAVALCANTI, 2002. p. 164).

## Referências

AGOSTINHO, Jaime de. *Subsídios à Discussão de um Plano de Desenvolvimento Sustentável para o Estado de Roraima*. [Tese Doutorado em Geografia Humana]. Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras, e Ciências Humanas. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2001.

BATISTA, Amarildo Nogueira. *Políticas Públicas e Produção do Espaço Urbano de Boa Vista - Roraima (1988-2011)*. Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPG-GEO). Mestrado. Instituto de Geociências (IGEO). Boa Vista - Roraima: Universidade Federal de Roraima, 2013.

AYDALOT, Philippe. *Économie Régionale et Urbaine*. Paris: Econômica, 1985.

BRASIL. *Programa Brasil em Ação*. Disponível em: < <http://www.abrasil.gov.br/anexos/anexos2/bact.htm> > Acesso em: 23.3.2015.

BUTTEL, Frederick H. *Sociologia Ambiental, Qualidade Ambiental e Qualidade de Vida: Algumas observações Teóricas*. In: HERCULANO, S.; PORTO, M. F. S.; FREITAS, C. M. (Orgs.). *Qualidade de Vida e Riscos Ambientais*. Niterói/RJ: Universidade Federal Fluminense, 2000.

CAHN, M. *Environmental Deceptions. The Tension between Liberalism and Environmental Policymaking in the United States*. Albany: State University of New York Press, 1995.

CASTRO, Dagmar Silva Pinto de. *A articulação do método fenomenológico com as ciências humanas: a proposta do FENPEC-UMESP*. In: CASTRO, Dagmar S. P. et al. (org.). *Fenomenologia e análise do existir*. São Paulo: Umesp/Sobraphe, 2000.

CENTRO PELO DIREITO À MORADIA CONTRA DESPEJOS – COHRE. *Conflitos Urbano-Ambientais em Capitais Amazônicas: Boa Vista, Belém, Macapá e Manaus*. Impressão: Gráfica Calábria. Apoio: Embaixada da Holanda no Brasil. 2006.

CODE 2013. *Conferência em Roraima debateu Desenvolvimento Regional*. IPEA, 13.9.2012. Disponível em: > Acesso em: 6.3.2013.

DANTAS, Marcos Mendonça. *O Zoneamento Ecológico Econômico como Instrumento de Desenvolvimento do Estado de Roraima*. Dissertação [Mestrado]. Faculdade de Ciências Econômicas. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011.

DINIZ, C.C.; CROCCO, M.A. *Bases teóricas e instrumentais da economia regional e urbana e sua aplicabilidade ao Brasil*. In: DINIZ, C.C.; CROCCO, M.A. *Economia regional e urbana: contribuições teóricas recentes*. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

[\_] Boa Vista. 122 anos. Do Nascimento à Atualidade. Suplemento Especial. *Jornal Folha de Boa Vista*. Boa Vista, 9.7.2012.

FERREIRA, Leila C. *Estado e Ecologia: Novos Dilemas e Desafios. A Política Ambiental no Estado de São Paulo*. Tese de Doutorado. Unicamp, 1992.

FERREIRA, Leila C. *Sustentabilidade e democracia no poder local*. *Revista Ambiente e Sociedade* vol. 1, nº 1. Campinas/SP: Unicamp, 1997.

FERREIRA, Lúcia C. *Contemporary Social Conflicts: Considerations about Brazilian Environmentalism. Sociological Reflections on Sustainability, Mini-conference/ Symposium of the International Sociological Association Research Committee on Environment and Society*, RJ/Brasil, agosto de 2000.

FERREIRA, Leila C. *Cidades e Sustentabilidade: uma análise da perspectiva da sociologia ambiental*. Texto resultado de pesquisa FAPESP, FAEP, CNPq., 2001.

GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA. PORTAL RR. Dados Gerais sobre o Estado de Roraima. Disponível em: < [http://www.portalroraima.rr.gov.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=85&itemid=1](http://www.portalroraima.rr.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=85&itemid=1) > Acesso em: 20.11.2014.

GUALDA, Regina. *O Programa Nacional do Meio Ambiente e o PED Projetos de Execução Descentralizada*. Entrevista. Brasília, 2001.

GUILHERME, Márcia Lúcia. 1976. *Lectures on public participation*. Pós-Graduation Faculty os Social Sciences/University of Edinburgh, Scotland, 1976.

GUIMARÃES, Roberto P. *Brasil and Global Environmental Politics: Same Wine in New Bottles?* IN: *Sociological Reflections on Sustainability, Mini-conference/Symposium of the International Sociological Association Research Committee on Environment and Society*, RJ/ Brasil, agosto de 2000.

HERCULANO, Selene C. A qualidade de vida e seus indicadores. *Revista Ambiente e Sociedade*, ano 1, nº 2, 1998.

HERCULANO. Selene C. *Qualidade de Vida e Riscos Ambientais como um Campo Interdisciplinar em Construção*. In: HERCULANO, Selene; PORTO, M. F. S. Porto; FREITAS, C. M. (orgs.). *Qualidade de Vida e Riscos Ambientais*. Niterói/RJ: Universidade Federal Fluminense, 2000.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *IBGE divulga as estimativas populacionais dos municípios em 2012*. 31.8.2012. Disponível em: < [http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia\\_visualiza.php?id\\_noticia=2204&id\\_pagina=1](http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=2204&id_pagina=1) > Acesso em: 15.11.2012.

IBGE – SIDRA. *População recenseada por situação do domicílio, sexo, forma de declaração da idade, idade e relação com a pessoa responsável pelo domicílio*. 2010. Disponível em: < [http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=rr&tema=censo2010\\_primeiros\\_resultados](http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=rr&tema=censo2010_primeiros_resultados) >; Acesso em: 22.11.2012.

JUCÁ FILHO, Romero. [Senador Federal pelo Estado de Roraima]. *Entrevista concedida a Rildo Dias*. Audio. 2014.

LESBAUPIN, Ivo. *Poder Local x Exclusão Social: a experiência das prefeituras democráticas no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2000.

LIMA, Ismar Borges de. *Roraima e a Integração da Amazônia Setentrional: contexto, perspectivas e desafios de um estado com identidade e papel regional em consolidação*. Territorial - Caderno eletrônico de textos, 1.9.2012.

MARINUCCI, Roberto; MILESI, Rosita. *Migrantes e Refugiados: por uma cidadania universal*. In: Alto Comissariado das nações Unidas para Refugiados – ACNUR. *Refúgio, Migrações e Cidadania*. Junho, 2006. Caderno de Debates I.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. *Água para Todos*. 2005. Disponível em: < <http://www.integracao.gov.br/web/guest/entenda-o-programa> > Acesso em: 20.7.2014.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. *Indicadores Ambientais*. Brasília, 22/2/2015. Disponível em: < <http://www.mma.gov.br/governanca-ambiental/informacao-ambiental/sistema-nacional-de-informacao-sobre-meio-ambiente-sinima/indicadores> > Acesso em: 22.2.2015.

NEVEZ, Leandro Roberto. *A Representação Social do Lugar e o Lugar da Representação, na cidade de Boa Vista – RR*. In: PIMENTA, C.A.M. e ALVES, C.P. (orgs.). *Revista Políticas Públicas & Desenvolvimento Regional [on line]*. Campina Grande: EDUEPB, 2010.

OLIVEIRA, Reginaldo G. *A Herança dos Descaminhos na Formação do Estado de Roraima*. Tese [Doutorado em História Social]. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas de São Paulo, 2003.

ORTIZ, Renato. *Anotações sobre a Mundialização e a Questão Nacional*. In: Leila da Costa Ferreira (org.). *A Sociologia no Horizonte do Século XXI*. São Paulo: Boitempo, 1997.

PERROUX, François. *O Conceito de Polos de Crescimento*. In: SCHARTZMAN, Jacques. *Economia Regional: textos escolhidos*. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1977.

PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE BOA VISTA. (Boa Vista, RR). *Diagnóstico Municipal Integrado*. Boa Vista-RR, 2003.

\_\_\_\_\_. *Plano de Trabalho*. Junho de 2006.

RACINE, J. B.; RAFFESTIN, Claude. e RUFFY, V. Escala e ação, contribuições para uma interpretação do mecanismo de escala na prática da geografia. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, IBGE, vol. 45, nº 1, jan.-mar.,1983.

SHENG, Fulai. *Valores em Mudança e Construção de uma Sociedade Sustentável*. In: CAVALCANTI, Clóvis. (org.). *Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas*. 4.ed. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2002.

SOUSA, Eduardo Ribeiro de. *Saneamento Ambiental I. Noções sobre Qualidade da Água*. Departamento de Engenharia Civil e Arquitectura. Seção de Hidráulica e dos Recursos Hídricos e Ambientais. Lisboa, setembro/2001.

SOUZA, Nali de Jesus. *Desenvolvimento Regional*. São Paulo: Atlas, 2009.

SUSTENTABILIDADE EM AÇÃO. Educação Ambiental e Políticas Públicas em Saneamento. *Resultados das Análises das Águas do Capão*. Julho, 2007. Disponível em: <  
<http://sustentabilidadevaldocapao.blogspot.pt/2014/07/analise-da-qualidade-das-aguas-do-capao.html> >  
Acesso em: 12.3.2015.

TOURAINÉ, Alain. *O nascimento do sujeito. Crítica da modernidade*. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

VERAS, Antônio Tolrino de Rezende. *A Produção do espaço urbano de Boa Vista Roraima*. 2009. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana. Universidade de São Paulo, 2009.

VIOLA, Eduardo. *A Globalização da Política Ambiental no Brasil, 1990-1998*. 22º Encontro Anual da ANPOCS, Grupo de Trabalho: Política Internacional e Governança, 27-30 de outubro de 1998.